

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.^a ed. revisada e ampliada, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 1999.

Ricardo Stavola Cavaliere, da ABF e UFF

Após mais de uma década de intenso trabalho, o professor Evanildo Bechara finalmente põe à disposição dos especialistas em estudos lingüísticos e vernáculos a 37.^a edição da *Moderna gramática portuguesa*, agora amplamente refundida. Se comparada à edição anterior, que em verdade mantinha as bases com que a obra foi concebida no início da década dos 60, esta nova edição revela-se verdadeiramente inovadora, sobretudo no campo da fundamentação teórica que dá amparo aos fatos do português nela descritos e analisados.

Em primeira instância, oferece o autor uma breve referência ao percurso histórico da língua portuguesa, restrito aos fatos externos, de cunho sócio-cultural. Esse segmento inicial, não obstante tecido em alinhavo, reveste-se de significativa importância na estrutura orgânica de uma gramática que se propõe a um tempo informativa, descritiva e normativa. Ademais, a iniciativa do autor faz retornar às páginas gramaticais os fatos históricos da língua, que a nosso ver deveriam reintegrar-se aos programas de nível médio, ainda que em rápidas pinceladas, como conteúdo imprescindível para a formação integral do discente em língua vernácula.

No segundo capítulo, o autor adianta-se em apresentar as bases da teoria gramatical que utiliza na descrição proposta, com predominante amparo na obra de três grandes lingüistas contemporâneos: Eugênio Coseriu, José Herculano de Carvalho e Mattoso Camara Jr. Dir-se-ia, com segurança, que a ordem desses nomes, da maneira como aqui se dispôs, bem espelha a preponderância proporcional de seus conceitos teóricos na *Moderna gramática portuguesa*, de tal sorte que a Eugênio Coseriu, sem dúvida, se há de conferir maior relevo e força inspiradora nas linhas gerais da obra, com exceção da parte dedicada à fonética e à fonologia.

A proposta desse segmento intitulado *Teoria Gramatical*, de cunho propedêutico dentro da sinopse da obra, está em não só fundamentar as bases lingüísticas em que repousa o trabalho, como também conferir aos iniciantes um painel informativo dos conceitos basilares sobre língua e linguagem, segundo os parâmetros da escola coseriana, como já se observou.

O primeiro propósito, o da fundamentação, logra atingir o fim colimado, sobretudo porque será justamente este prévio arcabouço que conferirá coerência interna no alinhavo de conceitos mais polêmicos sobre o sistema gramatical, sobretudo no tocante às categorias lexicais e às funções sintáticas. Já o propósito informativo, apesar da inegável utilidade, fica prejudicado por aparente ligeireza da pena, de tal sorte que o leitor iniciante certamente terá dificuldade para absorver conceitos complexos, como, por exemplo, o de atos e tipos lingüísticos, que impõem raciocínio em mais elevado grau de abstração. Considerando que se trata de um volume de língua vernácula, endereçado aos docentes e pesquisadores, julgamos ser conveniente um maior esclarecimento desses conceitos, de tal sorte que a preciosa introdução conceptual da obra cumpra mais eficazmente seu propósito.

Muito se discute nesse início de século sobre a questão da norma escrita, que em última instância é um dos pólos norteadores de uma gramática que pretende ser a um tempo descritiva e normativa. A questão da norma escrita passa por temas subliminares, como o do levantamento de um *corpus* fidedigno, que dê amparo às regras ou preceitos declinados na obra, bem como indique as bases de uma norma atualizada que não se afaste dos paradigmas da língua histórica, assim entendida, nas palavras do Autor, como “produto cultural histórico, constituída como unidade ideal, reconhecida por todas as comunidades integrantes desse domínio lingüístico” (p. 37). Nesse sentido, o autor traça indispensável comentário sobre os conceitos coserianos de língua funcional, exemplaridade lingüística e correção idiomática (com fulcro sobretudo nas obras *Teoría del language e lingüística general* e *Competencia lingüística*) que, em última análise, norteiam a modalidade da língua em uso que será objeto da descrição.

Nas palavras do autor, que acolhemos com entusiasmo, não se há de confundir a exemplaridade lingüística com a correção gramatical, já que a forma ou construção exemplar advém do percurso histórico da língua e se estabiliza pela escolha de gerações sucessivas de falantes como a que cumpre o papel de comunicação mais eficientemente. Nesse sentido, há de conferir-se igual relevo às variáveis lingüísticas, que também são fruto dessa tradição histórico-evolutiva como expressões igualmente válidas da língua exemplar.

Já a correção, que não se manifesta propriamente como fato lingüístico, porém como um juízo de valor sobre os usos lingüísticos, resume-se naquelas construções eleitas pela comunidade de falantes (não pelo indivíduo) como as mais convenientes ou adequadas ao falar em face de dada situação social. A questão está em que os parâmetros da correção devem estar numa permanente “proximidade” com os parâmetros da exemplaridade, de tal sorte que não se enrijeçam no anacronismo autoritarista, que de regra habita as gramáticas meramente normativas. Em síntese, uma norma gramatical escuda-se no conceito de correção, que por seu turno deve moldar-se segundo as bases da língua exem-

plar, historicamente consolidada.

Terá sido, certamente, devido à dificuldade extremada de levantar *corpora* confiáveis que o autor optou em várias oportunidades por oferecer exemplos de sua própria lavra, fato que em nada desabona a descrição do fato gramatical, tendo em vista a presunção de fidedignidade de que goza todo exemplo oferecido pelo lingüista experiente. Inegável, entretanto, que o exemplo recolhido das fontes de língua escrita contribui não só para uma instrução cabal do fato descrito, como também para revelar a opinião autoral sobre quais seriam as fontes idôneas, as que efetivamente mereceriam ser utilizadas para a descrição da língua exemplar.

Muito se condenam as antigas gramáticas em face do uso de *corpus* anacrônico, baseado nos autores clássicos, mormente portugueses, fato que soa incompatível com uma norma atualizada. No caso da *Moderna gramática portuguesa*, o Autor mantém-se fiel a um *corpus* de língua escrita literária, cuja atualização não ultrapassa a terceira geração do Modernismo. Cabe indagar se esta exclusão de autores mais recentes é intencional, no sentido de não abonar estruturas ainda pouco consolidadas, ou resume-se a fato meramente fortuito.

Um aspecto de grande significado, sobretudo do ponto de vista historiográfico, visto que já se há de acolher esta obra como um desviar de rumos na concepção da gramática descritiva brasileira, está na própria sinopse gramatical. Abandonando de vez a mística da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que serviu de fundamento para a criação de tantas obras a partir da década dos 60, a *Moderna gramática portuguesa*, nessa nova edição, impõe severas modificações à estrutura orgânica da descrição gramatical. Destarte, a sinopse gramatical opta por dois níveis descritivos basilares – Fonética e fonologia e Gramática descritiva e normativa – subdividindo-se o segundo em três segmentos: formas e funções, estrutura das unidades: análise mórfica e estrutura do enunciado ou período: a oração e a frase.

Saliente-se, por relevante, a exclusão da fonética e da fonologia da descrição gramatical, o que revela o alinhamento do autor à concepção de língua como sistema de estruturas abstratas, em que o som apenas funciona como revestimento material, de tal sorte que se possibilite a comunicação. Nesse sentido, a fonética e a fonologia não integram a gramática da língua, decerto, mas sua presença na estrutura geral da obra se preserva, com a ressalva assinalada, tendo em vista que ao vernaculista cabe descrever todos os fatos da língua em uso (ainda que restritos a certa modalidade de uso). Nesse sentido, mormente por exigência pedagógica, não se pode descurar da referência aos fatos da fonética e da fonologia; além disso, inegáveis são os liames de alguns fatos fonológicos com o sistema morfológico do português, como é o caso da flexão genérica e numérica mediante morfemas supra-segmentais, fato que, por si só, já justifica a presença da fonologia em uma descrição da gramática portuguesa.

Interessante notar que, recuperando velho vínculo entre a língua oral e a

língua escrita, presente nas gramáticas da velha geração que nos legou um João Ribeiro e um Maximino Maciel, o autor faz integrar a ortografia nos domínios da fonética e da fonologia, fiel ao princípio lógico de que o sistema gráfico é expressão representativa do sistema fonológico. O fato traduz significativa ruptura com a sinopse proposta pela NGB, que aloca a ortografia em apêndice, e decerto servirá de estímulo para as mudanças que em futuro próximo se haverão de impor ao modelo oficial de nomenclatura gramatical.

Verifica-se, de imediato, que a seção dedicada à fonética e fonologia foi a que menos inovou, em confronto com a velha ordem residente nas edições anteriores da *Moderna gramática portuguesa*. Dentre os pontos a que o autor deve conferir reflexão mais aprofundada está a classificação das vogais e das consoantes, ainda tratadas à luz da NGB, salvo aqueloutra nota destoante. No caso das vogais, ficam as tônicas e átonas enfeixadas em um único quadro classificatório, em que a intensidade se resume a mero critério de classificação, procedimento equivocado – conforme provado por Mattoso Camara cerca de dez anos antes da publicação da NGB, em sua tese de doutorado *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, visto que o quadro de vogais átonas portuguesas decresce sensivelmente em relação ao quadro de tônicas.

Também se há de reparar, nessa mesma linha, a referência a *vogais reduzidas*, herança equivocada da NGB, que o próprio Autor se adianta em condenar, mediante nota circunstanciada, afirmando que “em muitos casos das vogais reduzidas o que temos na realidade é troca de fonemas”. Aqui, infelizmente, não podemos acompanhar a opinião autoral, já que a denominada vogal reduzida, por ser desprovida de traço fonêmico distintivo, resume-se na realidade em mero alofone posicional.

No que tange à classificação das consoantes, a rigidez do quadro oferecido pela NGB não acata a viabilidade de variação articulatória de um mesmo fonema, em face da vizinhança fonêmica no segmento da palavra. Esse o caso de /k/ e /g/, consoantes classificadas como oclusivas velares, mas cuja articulação na verdade se faz na região palatal perante vogais anteriores, bem como de /v/ e /f/, labiodentais fricativas perante vogais não arredondadas, mas bilabiais fricativas perante vogais arredondadas.

Julgamos, pois, estar na grande parte dedicada à descrição gramatical, intitulada Gramática descritiva e normativa, o ápice de excelência dessa edição atualizada da *Moderna gramática portuguesa*. Sua estrutura orgânica oferece uma sinopse unitária em que as descrições morfológica (tipologia, flexão e estrutura lexical) e sintática são tratadas como aspectos diferenciados dos mecanismos que atuam na produção de enunciados em português.

No plano morfológico, o Autor aplica com rara habilidade, dada a complexa teia de relações semânticas imersas no modelo escolhido, o paradigma coseriano de interpretação das unidades lexicais em diferentes níveis semânticos (o lexical, o categorial, o instrumental, o estrutural e o ôntico). Aqui, mais

uma vez, a difícil tarefa de compatibilizar a teorização com a descrição em uma só obra, dados os evidentes limites de caráter editorial, impede o aprofundamento necessário de alguns conceitos, de tal sorte que ao leitor iniciante certamente exigir-se-á maior esforço para acompanhar os conceitos declinados.

O modelo de tipologia lexical baseado em formas léxicas e formas categoriais simplifica o entendimento sobre os papéis da palavra no enunciado, além de evitar a usual confusão que se faz entre classe de palavra e classe verbal. Como bem exemplifica o autor, em “folha verde” e “o verde da folha”, a palavra *verde* em ambos os casos pertence à mesma classe se a analisarmos como forma léxica – ou seja, como um termo que expressa um significado representativo do mundo extralingüístico –, mas pertence a classes diferentes se a analisarmos à luz do significado categorial: substantivo e adjetivo, respectivamente. Assim, as palavras não mudam de classe propriamente, porém podem pertencer a classes diferentes em face dos diversos significados (lexical, categorial, instrumental etc.) que assumem no enunciado.

No que tange ao estudo flexional dos nomes, confira-se especial relevo ao estudo do gênero, que o autor, sob inspiração da hipótese defendida pelo teórico português Herculano de Carvalho (sobretudo nas obras *Teoria da linguagem* e *Estudos lingüísticos*), interpreta como um processo de derivação, mesmo no caso canônico da alternância *-o* masculino e *-a* feminino. Sedimenta-se a hipótese no fato de que, na suposta flexão de gênero, a substituição do morfema nominal *-o* por um morfema *-a* – por exemplo lobo, loba – implica, na realidade, a alteração da classe léxica da palavra, já que seu significado externo passa a ser outro. Assim, o processo morfológico deve ser acatado como de caráter derivacional.

No plano sintático, há de salientar-se com ênfase a descrição do enunciado em face das relações predicativas que se estabelecem na estrutura relacional da frase. Com isso, alguns problemas de que a antiga ordem gramatical não dava conta, como a relação predicativa com complementos adverbiais – para alguns simples termos acessórios, para outros termos integrantes – desanuviam-se sob o princípio de que todo termo da estrutura sintagmática oracional mantém relação predicativa com o verbo, atuando como argumento dessa predicação.

A proposta não é inédita na historiografia gramatical de língua portuguesa, visto que já foi aplicada em bases semelhantes por outros autores recentes – leia-se, a respeito, a *Gramática portuguesa*, publicada em 1983 por Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Silva Duarte e Isabel Hub Faria. A vantagem descritiva da *Moderna gramática portuguesa*, entretanto, eclode à primeira leitura tendo em vista optar por linguagem mais clara, em nada afeita ao estilo formulista que caracteriza a referida obra das eminentes colegas lusitanas.

A teoria predicativa, aliada à análise tipológica dos argumentos, propicia uma renovada avaliação dos termos sintáticos tradicionais, sobretudo a dos chamados complementos verbais – argumentos de predicação verbal – e dos

termos periféricos ao núcleo nominal. Cite-se, à guisa de exemplo, a proposta de eliminar a distinção entre predicado verbal e nominal, com proveito do primeiro, tendo em vista que o esvaziamento semântico do chamado verbo de ligação não lhe retira o caráter de verbo, de que decorre manter-se a relação predicativa que o sistema impõe aos demais verbos da língua. Saliente-se, ainda, como traço enriquecedor da análise sintática, a nova interpretação dos conectivos subordinantes (conjunções subordinadas e pronome relativo) como transpositores sintáticos, já que conferem às orações as funções que são próprias da palavra (complementos, adjuntos etc.). Mais uma vez se verifica tratar-se de hipótese antes agasalhada por expressivo segmento dos estudos sintáticos portugueses – cite-se, por exemplo, a obra *Iniciação à sintaxe do português*, de José Carlos de Azeredo – que o autor, fiel aos novos rumos teóricos por que faz enveredar esta recente edição, aplica com bastante propriedade.

Também as conjunções coordenativas merecem avaliação distinta da tradição gramatical, já que, segundo o autor, os significados relacionais que expressam resumem-se a apenas três: adição, alternância e oposição. As relações de explicação e conclusão, consagradas pela tradição gramatical, na verdade se expressam por formas adverbiais sem valor conectivo (*logo, por conseguinte, por isso* etc.), não obstante atuem ordinariamente como instrumentos de coesão textual. Conforme adverte o autor, “não incluir tais palavras entre as conjunções coordenadas já era lição antiga na gramaticografia de Língua Portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias e, entre brasileiros, em Maximino Maciel” (p.322).

Estes são, enfim, alguns dos pontos que julgamos mais expressivos nesta nova edição da *Moderna gramática portuguesa*. O que aqui se disse, decerto, fica bem longe de uma referência integral à obra e a sua arquitetura orgânica, a qual sem dúvida já constitui um marco de efetivo progresso nos estudos brasileiros de língua vernácula.